



# BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO



## LEIA NESTA EDIÇÃO:

Legislativo aprova  
auxílio para pequenos  
comerciantes

pág. 2



Parlamentares discutem  
regulamentação dos  
aplicativos de transporte  
de passageiros

pág. 5

Câmara doa mais  
R\$ 30 milhões ao  
Poder Executivo

pág. 3



Vereadores querem aluguel  
de ônibus para reduzir  
superlotação no BRT

pág. 6





## Legislativo aprova auxílio para pequenos comerciantes

A Casa legislativa aprovou nesta quinta-feira (25), em segunda discussão, o [Projeto de Lei nº 117/2021](#) enviado pela Prefeitura que institui o Auxílio Empresa Carioca, como medida para a mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia. A medida seguirá para sanção ou veto do Poder Executivo.

A proposta foi anunciada pelo presidente da Câmara Municipal do Rio, vereador [Carlo Caiado](#) (DEM), durante ato simbólico que oficializou a doação de R\$ 30 milhões a outro programa da Prefeitura do Rio, o Auxílio Carioca.

O objetivo do projeto é garantir auxílio financeiro para microempreendedores e pequenos empresários cariocas que tiveram suas atividades suspensas em virtude do período de isolamento social.

“Entendemos a urgência para esses setores que estão severamente prejudicados com a pandemia. Por isso realizamos um esforço conjunto com todas as lideranças partidárias para aprovar o projeto”, afirmou Carlo Caiado.

A proposta do Executivo é pagar um auxílio de até um salário mínimo por empregado, proporcionalmente ao período de suspensão das atividades, e com um limite de até cinco empregados por empresa. Em contrapartida, as empresas que aderirem à iniciativa precisam ter alvará regulamentado na cidade do Rio de Janeiro e se comprometer a não reduzir seu número de funcionários por pelo menos dois meses após a assinatura do termo de adesão.

Na justificativa, o prefeito afirma que “é preciso priorizar não só a vida e a saúde, mas também os postos de trabalho formais para que não sejam fechados”.





## Câmara doa mais R\$ 30 milhões ao Poder Executivo

Os vereadores aprovaram o [Decreto Legislativo nº 1.455/2021](#), na quarta-feira (24), para transferir R\$ 30 milhões do Fundo Especial da Câmara Municipal para a gestão do Tesouro Municipal. A proposta é de autoria de todos os parlamentares e seguirá para sanção ou veto do Poder Executivo.

O recurso doado é resultado de economia orçamentária na gestão da Câmara do Rio e poderá ser utilizado pela Prefeitura em ações de combate ao coronavírus. O Poder Executivo terá que encaminhar aos órgãos do Legislativo documentos que comprovem o empenho, a liquidação e o pagamento de ações referentes a programas e projetos específicos na área de saúde.

Não é a primeira vez que a Câmara do Rio corta despesas para reforçar o combate à pandemia. No ano passado, a redução de gastos administrativos permitiu a devolução à Prefeitura de R\$ 20 milhões relativos ao pagamento de dívidas antigas e outros R\$ 50 milhões no final do ano para garantir o pagamento de serviços essenciais da saúde, como medicamentos, limpeza, hemodiálise, saúde mental, além do pagamento do cartão alimentação dos estudantes da rede pública e do 13º dos servidores que recebem até 4 mil reais.

Os valores doados pelo Legislativo Carioca ao Poder Executivo, nos últimos anos, somam cerca de R\$ 500 milhões.

O valor doado pela Câmara do Rio será utilizado para complementar um conjunto de medidas sociais para minimizar os efeitos da Covid-19. Ao todo, serão transferidos R\$ 100 milhões para cerca de 900 mil pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme abaixo:

- ✓ 23 mil famílias cadastradas no CadÚnico receberão R\$ 200 até quarta-feira (31);
- ✓ 13,5 mil ambulantes receberão R\$ 500 até quarta-feira (31);
- ✓ 50 mil famílias do Cartão Família Carioca receberão, em média, R\$ 244, ainda nesta semana; e
- ✓ todos os 643 mil alunos da rede pública municipal de ensino receberão R\$ 108,50 pelo Cartão Alimentação. A primeira parcela será creditada no sábado (27), e a outra até sexta-feira (2).



“A Câmara não mediu esforços para auxiliar a cidade em todos os momentos. Os vereadores assinaram o projeto para doar R\$ 30 milhões e ajudar quem mais precisa”

**Carlo Caiado (DEM)**



“No final do ano passado, não havia recursos e os hospitais estavam na iminência de paralisar no auge da crise, mas a Câmara doou R\$ 50 milhões para a Prefeitura”

**Jorge Felipe (DEM)**

“Esses R\$ 30 milhões vão cobrir todo o Cartão Família Carioca. Uma ajuda de R\$ 500 para 13 mil ambulantes e também 23 mil famílias mais pobres”

**Lindbergh Farias (PT)**



“Mais uma vez a Câmara Municipal prova a sua sensibilidade com relação à população carioca. Praticamente todos os anos ajuda a Prefeitura, seja na educação, seja na saúde”

**Rafael Aloisio Freitas (CIDADANIA)**



# Parlamentares discutem regulamentação dos aplicativos de transporte de passageiros

O decreto que regulamenta o transporte individual remunerado de passageiros por meio de aplicativos, publicado pela Prefeitura do Rio na semana passada, foi tema de uma audiência pública realizada nessa quarta-feira (24), em ambiente virtual. A audiência foi uma iniciativa conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão de Transportes e Trânsito.

Dentre as principais queixas apresentadas pelos integrantes de associações de motoristas está o alto custo para emitir as certidões exigidas pelo decreto. As entidades que representam as empresas de aplicativo acreditam que a medida, além de custosa, é burocrática, e defendem que haja uma regulamentação por meio de projeto de lei aprovado pelo Legislativo carioca.

Alguns vereadores que participaram da audiência também alertaram que o momento de crise financeira e sanitária não é o mais adequado para aumentar custos dos profissionais. Para o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, [Pedro Duarte](#) (NOVO), a criação de novos impostos não é a melhor solução, pois atinge os motoristas e os usuários das plataformas. “O imposto é pago em cadeia e, no fim, o cliente também acaba contribuindo”, revelou.

O presidente da Comissão de Transportes e Trânsito, vereador [Alexandre Isquierdo](#) (DEM), trouxe questionamentos apontados por manifestantes que estavam em frente à Câmara do Rio durante a realização do debate. “Há uma preocupação em relação ao cadastro que está sendo exigido e muitas dúvidas. Além disso, a questão da cobrança do seguro é ponto crucial. Os motoristas disseram que foram bem recebidos pela secretária municipal de Transportes, mas temem que não tenham nenhuma solicitação atendida”, afirmou.

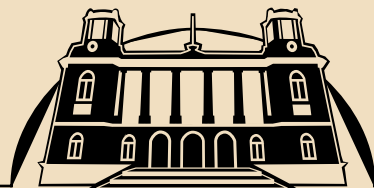
A secretária municipal de Transportes, Maína Celidonio, explicou que a medida está alinhada ao que determina a Lei Federal nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e garantiu que está aberta a debater todos os pontos que vão além dos determinados por esta legislação. Sobre o cadastro dos motoristas, Celidonio afirmou que o processo será gratuito, podendo ser feito de forma presencial ou virtual, e que haverá um prazo de 12 meses para ser concluído. Ela reforçou que os dados são necessários para o controle, a transparência e o poder regulatório do sistema viário, e que em nenhum momento haverá a proibição dos motoristas circularem nas ruas.



## Vereadores querem aluguel de ônibus para reduzir superlotação no BRT

A Comissão de Transportes e Trânsito se reuniu, nesta quinta-feira (25), com o objetivo de planejar os próximos passos da equipe. Os vereadores apresentaram cronograma de trabalho para os próximos dias e proposta para reduzir a superlotação no BRT. O presidente [Alexandre Isquierdo](#) (DEM) pretende acompanhar a intervenção da Prefeitura no sistema BRT, realizar reunião com Cláudia Sessim, interventora do BRT e fiscalizar os ônibus e as estações para apurar reclamações. A condição da pista também foi apontada pelo parlamentar como um dos problemas mais graves do sistema. Já o vice-presidente [Felipe Michel](#) (PROGRESSISTAS) argumenta que a superlotação no transporte é um problema de saúde pública, e propõe a utilização de recursos recuperados em acordos de leniência para alugar ônibus que podem circular nos horários de maior movimento durante a pandemia. A equipe também planeja realizar reunião com representantes de empresas e motoristas de aplicativos de transporte remunerado de passageiros, além de debater as novas linhas de STPL que a Prefeitura pretende implantar.





# BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

**Boletim Legislativo:**  
Publicação da Coordenadora de Comunicação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

**Jornalista Responsável:**  
Priscylla Almawy  
25027/RJ

**Editor:**  
Flavio Oliveira

**Jornalistas:**  
Alexandre Fernandes  
Anette Silva

Elza Calazans  
Claudia Costa  
Mariana Mazza

**Arte e Fotografia:**  
Adriana Andrade  
Antonio Molisani  
Flávio Marroso  
Renan Olaz

**Estagiários:**  
Ana Luiza Abreu  
Rachel Mattos

[www.camara.rj.gov.br](http://www.camara.rj.gov.br)

